

A ARISTOCRACIA ESPIRITUAL NA ADMINISTRAÇÃO DO SANTUÁRIO DE APARECIDA

THE SPIRITUAL ARISTOCRACY IN THE ADMINISTRATION OF THE SANCTUARY OF APARECIDA

Fernando Tetsuo Miyahira
Mestre em Ciências da Religião - PUCSP

Resumo

Este breve artigo disserta sobre a presença da Congregação do Santíssimo Redentor no Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Através de muitos estudos, vemos a Congregação do Santíssimo Redentor como primeira instituição a cuidar do patrimônio de Aparecida desde inícios do século XX. Entendemos também a forte influência Ultramontana tanto no grupo quanto na sua administração do Santuário, formando assim uma Aristocracia Espiritual que até os dias de hoje controla idas e vindas da Basílica que recebe milhares de peregrinos todos os anos na região de Guaratinguetá, localizada no estado de São Paulo. Muito do colocado aqui faz parte de estudos apresentados para obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, com o título *Construindo a padroeira: Aproximações entre Igreja e Estado em Nossa Senhora da Conceição Aparecida*.

Palavras-chave: Aparecida, Aristocracia Espiritual, Ultramontanismo, Redentoristas.

Abstract

This brief article talks about the presence of the *Congregação do Santíssimo Redentor* in the *Santuário de Nossa Senhora Aparecida*. Through many studies, we understand the *Congregação do Santíssimo Redentor* as the first institution to take care of the heritage of *Aparecida* since the beginning of the twentieth century. We also understand the strong Ultramontane influence both in the group as in the administration of the sanctuary, thus forming a spiritual aristocracy that even today control comings and goings of the Basilica, which receives thousands of pilgrims every year in the region of *Guaratinguetá*, located in the state of *São Paulo*. Most of what is set here is part of studies submitted for the degree of Master of Science of Religion, at Catholic University of Sao Paulo, with the title *Building the Patroness: Church and State approaches in Our Lady Aparecida*.

Keywords: Our Lady *Aparecida*, Spiritual Aristocracy, Ultramontanism, *Congregação do Santíssimo Redentor*.

Introdução

Nossa Senhora da Conceição Aparecida, consagrada como padroeira do país em 16 de julho de 1930, é certamente uma das virgens marianas mais importantes da América Latina. Segundo a socióloga Eloísa Martín, Conceição Aparecida é uma das virgens patronas latinas que constituem “(...) símbolos que contribuíram para a construção de uma identidade nacional católica (...)” (Martin, 1998), junto à Nossa Senhora de Guadalupe no México e Nossa Senhora de Luján, na Argentina.

Estudando a História (sim, com “H” maiúsculo) desta virgem tão conhecida e querida no Brasil, podemos perceber o seguinte: mesmo sendo de origens claramente populares, pois foi encontrada em um rio por três pescadores da cidade de Guaratinguetá no início do século XVIII, boa parte de sua devoção tem sido administrada pelo clero regular, ou seja, por ordens católicas oficiais e bem hierarquizadas. Estamos falando da Congregação do Santíssimo Redentor, ou apenas a Ordem dos Redentoristas, que obteve controle do Santuário de Aparecida em finais do século XIX. Por trás disto, então, é possível identificar a presença de uma Aristocracia Espiritual fundada não diretamente no direito divino, e mais especificamente voltada à própria organização e política da Igreja.

Com isto, iniciamos um breve olhar sobre a presença de uma Aristocracia Espiritual na administração do Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida fundada principalmente nos ideais ultramontanos da Igreja em finais do século XIX.

A Congregação e o Santuário

Até os dias de hoje, a basílica de Aparecida encontra-se sob administração da Congregação do Santíssimo Redentor, ou a Ordem dos Redentoristas. Saber da chegada da ordem na cidade de Guaratinguetá e sua administração da Basílica são importantes para identificarmos a situação em que se encontrava a Igreja no Brasil durante o século XIX.

Sabemos que a primeira comunidade redentorista de Aparecida chegou na cidade de Guaratinguetá em 28 de outubro de 1894. Logo de início, segundo a

Polyanthéa das Festas Jubilares, os missionários redentoristas foram acomodados em duas casas geminadas de romeiros, perto do Santuário de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. Já segundo Brustoloni,

(...) a primeira comunidade foi fundada pelos sacerdotes Lorenzo Gahr, como superior, e José Wendl, como vigário substituto do Cura e Reitor do Santuário [incumbido desta tarefa pela Diocese de São Paulo], Pe. Claro Monteiro; e ainda os irmãos leigos: Simão Veicht, Estanislau Schrafl e Rafael Messner (Brustoloni, 2007).

No mês de novembro do mesmo ano, o próprio Pe. Claro Monteiro encarregou a recém chegada ordem dos Redentoristas com algumas funções no Santuário, como por exemplo a recitação do terço diariamente às 18 horas, missa dos romeiros e até atendimento aos doentes e batizados. Pouco tempo depois, no mesmo mês, acabam por assumir todo o trabalho do Santuário encarregados pelo próprio Pe. Monteiro, pois este havia “(...) ido até a cidade de Cruzeiro para atender àquela paróquia, onde grassava a epidemia da cólera, e cujo vigário fugira apavorado, abandonando suas ovelhas” (Brustoloni, 2007).

Desde novembro de 1894 até janeiro de 1895, o Santuário de Aparecida ficou sob o comando do Pe. José Wendel. Então, neste mesmo mês, Dom Joaquim Arcoverde, então bispo de São Paulo, visita o Santuário e a comunidade Redentorista. Satisfeito com a administração do Santuário pelos Redentoristas, no dia 23 de janeiro do mesmo ano, o próprio Dom Joaquim Arcoverde indica a Ordem como encarregados pela administração do “Episcopal Santuário”, segundo Brustoloni, “(...) mesmo sendo temporário até que outra ordem ou padre retornasse para tomar conta do Santário” (Brustoloni, 2007). Por fim, em junho do mesmo ano de 1895, a sede da Missão dos Redentoristas foi transferida para Aparecida, quando o Pe. Gebardo Wiggermann, seu Superior, mudou-se de Campinas de Goiás para São Paulo.

O Ultramontanismo

O Ultramontanismo surgiu na França na primeira metade do século XIX com a proposta de “frear” o fenômeno que vinha ocorrendo na época, de a Igreja estar se tornando departamento de um Estado. Segundo Wernet, podemos perceber no procedimento dos Ultramontanos certo esforço para se estruturar um ensaio de dominação da autoridade espiritual sobre a temporal, e ainda defendem a primazia da fé sobre a Ciência, em que “(...) o predomínio das verdades reveladas sobre as que resistem ‘ao tribunal da razão’” (Wernet, 1987). Portanto, o Ultramontanismo serviu não apenas aos interesses da Igreja em mostrar-se como “independente” e forte centro da cristandade, mas também aos clérigos interessados na manutenção do *status quo* no Brasil.

Para André Silvério da Cruz, o Ultramontanismo contou como um movimento conservador dentro da própria instituição, configurando-se por “(...) raízes também conservadoras como resposta ao impacto das revoluções liberais européias e o desenvolvimento filosófico e científico que agitaram Roma (...)” (Cruz, 2009). Podemos perceber então que o Ultramontanismo foi marcado por um centralismo institucional muito grande, fechando a Igreja em si mesma. Sobre sua expressão doutrinária, Cruz ainda afirma que sua “(...) concepção religiosa foi a Encíclica Quanta Cura e o Syllabus, nas quais era retomada a luta pela hegemonia da autoridade espiritual da Igreja sobre a sociedade civil” (Cruz, 2009).

Cruz ainda aponta outra corrente de pensamento, o Tradicionalismo, como responsável também pela disseminação do pensamento Ultramontano. Apesar de ambos serem muito semelhantes e próximos sob vários pontos de vista, Cruz explica que não devem ser confundidos, uma vez que o Ultramontanismo se caracteriza como um movimento da própria Igreja Católica que diz respeito à vida dela própria como instituição, enquanto o Tradicionalismo caracteriza-se como uma linha de pensamento que trata da tradição como fator determinante dos valores humanos.

Porém, o tradicionalismo na Europa era uma forma de contestação ao ideal liberal e racionalista proeminente dos séculos XVII e XVIII, servindo de reação contra a Revolução Francesa. Acabou também se estruturando como uma corrente política, jurídica, filosófica e teológica, tendo como representantes da primeira fase muitos

pensadores católicos (Paim, 1985). Desta forma, o tradicionalismo europeu pode ser entendido, segundo Cruz, como “(...) um projeto social global no qual a religião ocupa o primeiro lugar, opondo-se à sociedade liberal e laica e a qualquer projeto moderno de organização social e política” (Cruz, 2009).

Em seu livro *Igreja Católica e Política no Brasil*, Scott Mainwaring cita o Ultramontanismo como uma tentativa da Igreja Católica de imprimir um novo rumo à mesma, devido ao declínio institucional sofrido pela Igreja (mentalidade iluminista) durante boa parte da primeira metade do século XIX (Mainwaring, 2004). Devido à essa ameaça, o Vaticano passou a promover uma presença católica mais forte na sociedade, por isso uma reforma interna seria imprescindível para que sua imagem fosse melhorada.

Sobre o Ultramontanismo no Brasil, Maria Aparecida Junqueira Veiga Gaeta, professora do Departamento de História Social, Política e Econômica da UNESP – Franca, escreveu um artigo bem elaborado e esclarecedor, “*A Cultura Clerical e a Folia Popular*” (Gaeta, 2007). Nele, Gaeta afirma que o Ultramontanismo chegou ao Brasil, além das ideias já forjadas na Europa, como uma “(...) condenação (...) às vivências de um catolicismo português leigo e despojado de um rigor teológico. Essas formas devocionais foram vistas então com uma forte carga de negatividade e acusadas de serem portadoras de (...) superstições (...)” (Gaeta, 2007). Podemos avaliar, portanto, que o Ultramontanismo foi uma tentativa do clero regular brasileiro de substituir a presente realidade religiosa por outra, uma nova e única, e não multifacetada.

Novamente, Mainwaring aponta o Ultramontanismo como uma solução a uma situação em que catolicismo era frágil desde o século XIX, com o regime do Padroado e com o clero brasileiro formando família e contando com falta de seminaristas, sem contar com o ponto mais baixo do catolicismo brasileiro, segundo ele, na época de Dom Pedro II, em que imperador não só controlava o estado, mas também era o chefe titular da Igreja em terras brasileiras (Mainwaring, 2004).

Já João Paulo Berto, relembra o processo de independência do Brasil. Sobre ele, Berto afirma que ele não mudaria a relação de controle e regulação que o Estado exercia sobre a Igreja, porém esta continuava com todas as suas regalias sociais, religiosas e econômicas (BERTO, 2010). Por isso, inevitavelmente, a Igreja acabaria entrando em

crise contra o Estado, fazendo com que o ideal ultramontano prosperasse no Brasil pós-independência.

André Silvério da Cruz, explica que o ultramontanismo serviu como base para “(...) a revitalização do catolicismo brasileiro que, no seu projeto de sair do regalismo do Período Imperial, começou a afirmar sua autonomia (...)” (Cruz, 2009). Com isso, o pensamento católico brasileiro de certa forma deixa de lado o pensamento trazido pelos portugueses no século XVI para assumir uma postura mais autêntica, mesmo seguindo as tendências europeias.

SOBRE A ARISTOCRACIA ESPIRITUAL

Em primeiro momento, podemos conceitualizar a “aristocracia” brevemente, através do conceito de “super-homem” introduzido por Friedrich Nietzsche. Historicamente, a aristocracia sempre esteve perto desta noção, uma vez que esta se considera acima de uma lei posta, portanto, não seguindo ou reconhecendo leis e poderes, a não ser os seus próprios. Já a Aristocracia Espiritual, a partir do próprio Nicolau Berdiaev, “(...)Apenas uma minoria é capaz de inquirir sobre as coisas espirituais. (...) Os dons espirituais de uma inteligência excepcional foi concedida para o homem usa-los como um instrumento criativo e para cumprir a missão a ele confiada” (Berdiaev, 1963). A aristocracia espiritual recebe de Deus todos os talentos criativos.

Já em sua outra obra, *Do destino do homem: Ensaio de Ética paradoxal*, Berdiaev afirma que, apenas quem gozou de uma experiência de apostasia, ou seja, de contato com Deus, detém uma relação de liberdade para com Ele (Berdiaev, 1979). Esta relação de liberdade mostra-se através de uma intimidade incomum entre o ser humano e Deus. Se é possível ter uma relação de liberdade (intimidade) para com Deus, então goza-se da mesma liberdade que Deus tem em relação às Leis, fazendo de ambos, aristocrata espiritual e Deus livre de todas as leis e poderes. Mais do que isso, o aristocrata confere-se valores, buscando então um fundamento do mundo, provando que este não é apenas “imaginação”.

Um outro conceito que nos ajudará ao longo deste texto é a questão do Aristocrata e o Conhecimento. O aristocrata espiritual muitas vezes se considera o conhecimento em meio à ignorância, criando assim um sentimento de arrogância. Esse

sentimento de arrogância é extremamente comum nas classes aristocráticas, portanto, a aristocracia espiritual acaba por criar uma hierarquia própria, onde os aristocratas espirituais sempre estão no patamar mais alto, mesmo que na teoria todos os homens sejam iguais. O aristocrata, novamente, goza de uma intimidade e liberdade em relação à Deus que as pessoas ditas comuns não têm, fazendo então deles aristocratas.

Finalmente, dentro da hierarquia, temos o problema de “eleição”, ou seja, quem é e quem não é aristocrata. Seguindo o princípio de liberdade em relação à Deus, só quem não teme à Ele pode usufruir desta liberdade, portanto para se tornar um aristocrata espiritual seria necessário perder este “medo” para então se “tornar uno” com Deus.

A ARISTOCRACIA ESPIRITUAL NO SANTUÁRIO

Após uma breve explanação sobre conceitos que auxiliam a identificação da aristocracia espiritual, podemos sobrepor alguns destes aspectos na Congregação do Santíssimo Redentor.

Sabemos que houve a expulsão dos leigos da administração do Santuário no momento em que a Ordem proibiu esmolas, rendimentos e doações no Santuário de Aparecida durante sua administração temporária. Cinco anos antes da sede da Ordem dos Redentoristas ser transferida de Goiás para São Paulo (1890), Maria Aparecida Gaeta aponta em seu texto a ocorrência da Primeira Reunião do Episcopado Brasileiro. Durante esse encontro, os bispos discutiram a questão dos centros de religiosidade popular, e duas questões principais foram levantadas: a retirada definitiva das irmandades leigas da administração financeira dos santuários brasileiros e confiá-la aos institutos religiosos europeus, coisa que havia sido feita no Santuário de Aparecida em 1895 como dito anteriormente; e confiar totalmente a sacerdotes destes institutos religiosos a direção espiritual dos santuários brasileiros, afim de torná-los “centros de verdadeira fé católica”.

Percebemos então um esforço romanizador em “purificar” o catolicismo popular do Santuário de Aparecida, até então em poder dos leigos e clérigos seculares, mostrando um verdadeiro ar aristocrático espiritual das ordens religiosas europeias, mais precisamente da Congregação do santíssimo Redentor no Santuário de Aparecida.

A partir de então, a cidade de Aparecida e sua basílica tornaram-se um centro de peregrinação das mais distantes regiões do país, para que fossem cumpridas promessas, preces e generosas doações agora feitas não mais aos leigos, e sim à uma ordem institucionalizada.

Esta retirada dos leigos da administração do Santuário de Aparecida mostra o caráter aristocrático da Congregação do Santíssimo Redentor e sua suposta proximidade de Deus. Afinal, esta medida acaba por mostrar uma certa liberdade em relação ao propósitos divinos, ou seja, apenas quem goza de uma intimidade e liberdade com Ele decide sobre o futuro de um Santuário onde, popularmente, foi palco de milagres e realizações de acontecimentos extraordinários. Porém, após a inicial retirada dos leigos da participação dos lucros do Santuário, vemos mais uma característica aristocrática, segundo o materialismo de Marx. O mundo não tem valor, apenas o dinheiro, portanto, como aristocratas, não só a Ordem dos Redentoristas, mas todas os institutos católicos europeus conferem valor às suas medidas por causa de seu amplo poder, trazido com o fundo material adquirido das esmolas e doações dos romeiros aos santuários.

Segundo palavras de, João Paulo Berto “(...) um processo romanizador de grande impacto, uma vez que seu controle voltou para as mãos da Igreja (...)” (Berto, 2010), desta vez do clero regular. Isso, combinado com uma grande promoção e incentivo de devoções, e associações vinculadas ao espírito tridentino, acabou por constituir uma orientação fundamental aos Redentoristas, sendo as missões populares uma grande arma para agregar fiéis e trazê-los para o seio da Igreja a partir de um viés mais popular e sentimental.

Referências

BERDIAEV, Nicolau. De La Destination de L’Homme, Essai d’ Étique Paradoxale, L’ Age d’Homme, Lausanne, 1979.

_____. O cristianismo e a luta de classes - Dignidade do cristianismo e indignidade dos cristãos. Espanha: Espasa-Calpe, 1963.

BERTO, João Paulo. A Força Política da Fé: Estado e Igreja na Formação Identitária em Torno da imagem de Nossa Senhora da Conceição Aparecida, in *História e-História*, Campinas, SP: Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa e Arqueologia Histórica da UNICAMP, Jun/2010.

BRUSTOLONI, Júlio J. História de Nossa Senhora da Conceição Aparecida. São Paulo: Aparecida do Norte, 2007.

CRUZ, André Silvério da. O Pensamento Católico à Procura de Lugar na Primeira República Brasileira, artigo apresentado no GP "Igreja Católica no Brasil", da Universidade Federal de Uberlândia, 2009.

GAETA, Ma. Aparecida Junqueira Veiga. A Cultura Clerical e a Folia Popular, in *Revista Brasileira de História*, vol. 17, nº 34, p. 183-202. São Paulo: Ed. UNESP, 1997.

MAINWARING, Scott. Igreja Católica e Política no Brasil. São Paulo – SP: Ed. Brasiliense, 2004.

MARTÍN, Eloísa. Aparecida, Guadalupe y Luján como símbolos religiosos y nacionales: um análisis comparativo. Trabalho apresentado no seminário temático ST05 “Os Católicos” na VIII Jornada sobre Alternativas religiosas na América Latina, São Paulo, 22 á 25 de setembro de 1998.

PAIM, Antônio. O Estudo do Pensamento Filosófico Brasileiro. São Paulo - SP: Editora Convívio, 1985.

WERNET, Augustin. A Igreja Paulista no Século XIX. *São Paulo* - SP: Ed. Ática, 1987.